

FHC pede desculpas ao Supremo e desautoriza Bresser Pereira

13 DEZ 1996

Decisão sobre reajuste de 28,86% para servidores é adiada

Ruy Baron

O presidente Fernando Henrique Cardoso desautorizou ontem o ministro da Administração Federal, Luiz Carlos Bresser Pereira. Fernando Henrique pediu desculpas duas vezes ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Sepúlveda Pertence, pelas declarações feitas por Bresser na quarta-feira. Bresser falou que haveria um "desastre nacional" caso o Supremo Tribunal Federal (STF) venha a reconhecer o direito dos servidores públicos de receber reajuste de 28,86%.

O primeiro pedido de desculpas aconteceu no Congresso. "Desculpe por esse desastre nacional", comentou Fernando Henrique, ao se encontrar com Pertence durante uma solenidade. Pela manhã, a Presidência da República já havia entrado em contato com o Supremo para que Fernando Henrique falasse ao telefone com Pertence. No início da tarde, Pertence retornou a ligação e Fernando Henrique voltou a condenar as declarações de Bresser.

Na quarta, o ministro da Administração disse que haveria um "desastre nacional" se o Governo tivesse que pagar reajuste de 28,86% para todos os servidores civis por determinação judicial. Bresser estimou que os gastos com o pagamento retroativo do aumento concedido em 93 aos militares seriam de R\$ 20 milhões.

Reação - "Confesso que fiquei preocupado. Desastre nacional não é o Supremo decidir deste ou daquele jeito. Desastre nacional é se a moda pega de ministros de Estado fazerem apelos ao Supremo para decidir neste ou naquele sentido uma questão em pauta", afirmou Pertence, aos ler ontem nos jornais as declarações de Bresser.

O ministro não comentou o pedido de desculpas do presidente da República, mas sua assessoria no Ministério da Administração informou que o Bresser não teve intenção de cobrar do STF uma decisão favorável ao Governo. Apenas comentou sobre o impacto que uma decisão desfavorável teria nas contas do Executivo.

O julgamento do mandado de segurança que defendia o pagamento do reajuste de 28,86% aos servidores federais foi adiado. E há possibilidade de o novo julgamento só ocorrer em fevereiro de 1997. O adiamento foi provocado pela ausência do relator do processo, ministro Marco Aurélio Mello.

Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Marco Aurélio preferiu viajar para João Pessoa para lançar a pedra fundamental da sede do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.